

Nexos Econômicos
v. 16, n. 1, jan-jun. 2022
p. 130–162
doi.org/10.9771/rene.v16i1.55384



A autodeterminação do valor e a autonomização do mais-valor

The self-determination of value and the autonomization of surplus value

José Micaelson Lacerda Morais¹

Resumo: Em 1867, ano da publicação de *O Capital*, Marx, já havia constatado que a autodeterminação do capital era uma tendência inexorável da produção capitalista. Todavia, àquela época era impossível a ele vislumbrar que pouco mais de um século depois haveria uma revolução tecnológica de natureza inaudita, da qual resultaria um novo conjunto de negócios, máquinas e processos, capaz de: 1) ampliar de forma inédita na história econômica a exploração do trabalho social; 2) alterar estruturalmente a composição orgânica do capital; e 3) fornecer ao capital a potência de uma verdadeira força destruidora de mundos. Neste artigo discutimos as implicações dessa revolução sob o prisma da autodeterminação do valor, que se refere à capacidade do valor econômico de se determinar e se estabelecer dentro do sistema capitalista de forma autônoma e, da autonomização do mais-valor, que ocorre quando o trabalho não pago extraído do trabalhador assalariado é separado do processo de produção do valor.

Palavras-chave: Valor; Mais-valor; Capitalismo.

Abstract: In 1867, the year of the publication of *Capital*, Marx had already observed that the self-determination of capital was an inexorable tendency of capitalist production. However, at that time, he could not foresee that just over a century later, an unprecedented technological revolution would unfold, resulting in a novel array of businesses, machines, and processes capable of: 1) unprecedentedly expanding the exploitation of social labor

¹Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Autor(a) correspondente, *Email:* micaelson.lacerda@urca.br.

in economic history; 2) fundamentally altering the organic composition of capital; and 3) furnishing capital with the potency of a genuine world-destruction force. In this article, we delve into the implications of this revolution through the lens of value's self-determination, which pertains to the capacity of economic value to independently determine and establish itself within the capitalist system, and the autonomization of surplus value, which arises when unpaid labor extracted from wage workers becomes detached from the process of value production.

Keywords: Value; Surplus value; Capitalism.

JEL codes: B51; P10; Z13.

I Introdução

A teoria do valor de Marx (TVM) apresenta-se como o mais poderoso constructo teórico já formulado por um intelecto para dar conta da natureza do funcionamento e da reprodução de uma forma social específica, o capitalismo. O reconhecimento que esse autor fizera desta formação social como a mais desenvolvida (no sentido do extraordinário alcance atingido pelas forças produtivas de seu tempo), não o impediu de denunciar que esse mesmo desenvolvimento foi fruto de novas e mais sofisticadas formas de exploração do trabalho proporcionadas pela dinâmica da relação social capital. Assim, valor e capital como categorias centrais da ciência econômica são tratadas por Marx como o que elas realmente são: formas de relações sociais estabelecidas no contexto da generalização das trocas mercantis, em suas determinações e determinantes (divisão social do trabalho, transformação da organização produtiva e dos processos de produção, especialização, separação campo-cidade, generalização das trocas, transformação do dinheiro em capital etc., etc.); que tão somente complexificam a apropriação privada do excedente econômico, ao converter relações sociais pretéritas de exploração e expropriação do trabalho social, como a escravidão e a servidão, em uma nova relação social fundamentada no trabalho assalariado.

Nesse contexto, surge a relação social capital. Ela se origina a partir de relações sociais de produção específicas, determinadas por circunstâncias de um tempo histórico também específico. Contudo, o desenvolvimento histórico do capital realmente o transforma em uma coisa (riqueza abstrata), que a todos comanda com uma sanguinária "mão invisível", sem, no entanto, nunca deixar de ser relação social. A história da passagem das formas pretéritas, dinheiro e mercadoria, à forma capital foi formulada com clareza ímpar por Marx e sintetizada

nos esquemas $M - D - M'$ (produção simples) e $D - M - D'$ (produção capitalista). Onde, M é mercadoria, M' é mercadoria com utilidade social com características físicas distintas de M , D representa dinheiro e D' (acumulação), uma quantidade de dinheiro maior que D .

Na produção simples a metamorfose da mercadoria assume dois movimentos inversos no seu ciclo; e o percurso inteiro se apresenta como o processo de circulação de mercadorias. Interessa destacar que o ponto de partida e o ponto de chegada são ambos constituídos por M . No ponto de partida M não é valor de uso para o seu possuidor e, no ponto de chegada, M é valor de uso para o seu novo possuidor. A metamorfose completa foi descrita por Marx do seguinte modo: forma-mercadoria; despojamento da forma-mercadoria (dinheiro); e retorno à forma-mercadoria. Observemos que a única função do dinheiro nesse processo é o de servir como mero intermediário (função de meio de circulação); “expressão da circulação de mercadorias”. Ele aparece “[...] como o sólido valor cristalizado em que se transforma a mercadoria, mas o faz apenas para, num segundo momento, diluir-se como simples forma de equivalência dela” (MARX, 2017a, p. 185). Contudo, o dinheiro, como mero instrumento de circulação simples de mercadorias, não basta a si mesmo, nem como medida de valor, tampouco apenas como meio de circulação. No desenvolvimento da divisão social do trabalho, e com a generalização das trocas (expansão do comércio), ele assume a forma absoluta de mercadoria das mercadorias e se torna valor autonomizado em relação às mesmas (representação de riqueza abstrata e universal), “[...] de tal maneira que sua conservação e seu crescimento como dinheiro se transformam num fim em si mesmo [...]” (MARX, 2017b, p. 374).

A expansão do comércio nos estágios iniciais da sociedade capitalista submete cada vez mais a produção (valor) ao valor de troca. Assim, $M - D - M'$ deixa de representar e explicar o objetivo final de uma sociedade, nesse caso relacionado ao conteúdo da mercadoria, ou seja, a utilidade social derivada de seu valor de uso. Passa a vigorar, como objetivo geral da sociedade, o valor de troca, ou seja, o dinheiro se converte ao mesmo tempo em ponto de partida e de chegada, e, assim, todos os aspectos da vida humana (inclusive o valor) passam a girar em torno dessa mercadoria peculiar, o dinheiro. Nesse contexto, a TVM é uma teoria sobre a natureza de um tipo particular de riqueza (valor no capitalismo), e de como o valor de troca, uma mera representação do valor, se torna dominante em relação a este último (entendido como uma relação social dos seres humanos entre si e destes com a natureza para produção material de sua existência no contexto histó-

rico de generalização das trocas mercantis). Uma riqueza não fundada sobre uma determinada extensão de terra, posse de determinado número de escravos ou do domínio de certo número de servos. Destarte, uma riqueza que tem vida própria, que tem a capacidade de valorizar a si mesma, independentemente de sua composição original, pois que se move por meio de representações (dinheiro). As condições históricas para existência desse tipo de riqueza apareceram a partir da ocorrência de eventos conexos que possibilitaram a generalização de trabalho assalariado empregado de forma capitalista; condições tão vigorosamente ilustradas por Marx, para o caso da Inglaterra, no capítulo “A assim chamada acumulação primitiva”, do livro I de *O Capital*. A partir desse momento percebe-se um primeiro passo no caminho do processo da autodeterminação do valor, constituído por uma autonomização relativa do valor de troca sobre o valor de uso e, principalmente, pela transformação do valor em uma nova relação social, o capital.

O valor como resultado do produto gerado a partir da relação dos seres humanos entre si e desses com a natureza é constituído de valor de uso e valor de troca. Entretanto, foi somente com o estabelecimento do capitalismo (com a generalização do trabalho assalariado) que esta unidade foi separada para tornar historicamente possível essa determinada forma de organização social e produtiva. A mercadoria é, assim, uma unidade dialética, uma contradição que se move na existência real. Como conteúdo do valor não pode abandonar completamente o valor de uso, pois desse modo satisfaz necessidades humanas provenientes do estômago ou da imaginação. Porém, ao mesmo tempo estabelece o valor de troca (uma mera representação), como forma fundamental de sua existência, independentemente daquelas mesmas necessidades humanas e sociais; isto sob qualquer tempo histórico do capitalismo. Assim, quando historicamente o valor se transforma em capital “[...] ele, agora, já não é mais uma simples propriedade social ou um simples adjetivo da mercadoria. Ele adquiriu vida própria, transformou-se em um ser com vida própria. Ele não parece com a mercadoria que lhe porta, ele agora é eterno, ou melhor, pretende ser eterno [...]” (CARCANHOLO, 2011, p. 19).

A análise do processo histórico e lógico da forma valor encontra-se na seção 3, do capítulo 1, do livro I, de *O Capital*. É interessante observar que, na seção 4, do mesmo livro, Marx já apresenta uma teoria da representação da riqueza na sociedade capitalista (o caráter fetichista da mercadoria), como que nos advertindo para o fato de que o capitalismo se trata de uma sociedade de representações, na qual o que importa não é a essência das coisas (no caso, como a sociedade mo-

derna se funda sob um tipo específico de relação social de exploração da força de trabalho). Porém, a aparência, refletida na transformação da mercadoria em um “ser social” com o poder de comandar milhares de vidas humanas; que muito embora pareçam sujeitos livres em termos jurídicos (nem servos nem escravos), encontram-se severamente confinados pelas suas respectivas posições na divisão social do trabalho: capitalistas (mercantil, industrial, financeiro); trabalhadores assalariados efetivos e/ou do exército industrial de reserva; e proprietários de terras (urbanas e rurais).

Portanto, o ponto de partida da TVM é o produto derivado de uma relação social específica: um lado constituído pelo proprietário dos meios de produção e subsistência e, o outro, pelo proprietário de uma mercadoria única, peculiar em sua natureza, a força de trabalho. Entretanto, a título de ilustração cabe ressaltar que essa separação não é única do capitalismo. No caso da escravidão, a força de trabalho é uma propriedade do dono do escravo. Na servidão, a propriedade do principal meio de produção (a terra) é do senhor feudal. O que torna o capitalismo uma formação social diferenciada é a impessoalidade das relações sociais derivada da exclusividade da troca mercantil, ou seja, a transformação de todos os recursos, produtos e aspectos da vida em mercadoria.

A revolução comercial do século XIII, na Europa, constituiu um grande marco no longo caminho dessa transformação, que passou pela desarticulação do sistema feudal, a partir da expansão e desenvolvimento do capital mercantil e sua correspondente nova classe social (a burguesia), e que progressivamente se tornou classe dominante, no breve intervalo dado entre o começo do sistema colonial e o desabrochar da Revolução Industrial inglesa. Nesse contexto histórico, a mercadoria como valor de troca foi progressivamente se estabelecendo como fundamento e objetivo final das relações sociais e da vida humana e social. Destarte, mercadoria, dinheiro e trabalho (sua exploração) não são invenções do capitalismo. Porém, foi somente com este que assumiram uma configuração específica de valor. Nas formações sociais anteriores ao capitalismo, como referido anteriormente, o valor estava relacionado ao número de escravos, à extensão da posse de terras ou à quantidade de servos sob comando de um senhor feudal. Nesse sentido, a principal característica de qualquer produto produzido, o trigo, por exemplo, através de trabalho compulsório, era principalmente satisfazer uma necessidade humana e, em segundo lugar, assegurar uma reserva de suprimentos para o ano seguinte (reserva de segurança e estoque de insumos).

No processo da generalização das trocas, a transformação de todos os recursos, produtos e força de trabalho em mercadoria, revolucionou o valor. Pois, o capitalismo é o próprio processo de transformação do valor, no qual a sua produção deixa de ter como encargo social principal a satisfação das necessidades humanas (a partir do valor de uso), e assume como incumbência primordial a acumulação incessante de sua representação universal (o dinheiro). Nesse processo, demonstrado de forma genial por Marx no capítulo “A forma de valor ou o valor de troca”, do livro I de *O Capital*, o dinheiro foi elevado à categoria de equivalente universal e converteu-se de um simples meio de circulação, pagamento e medida de valores, no principal elemento de distinção social, de poder econômico e político e, conseqüentemente, de comando privado da vida de milhares de indivíduos. Dessa forma, o valor deixou de ser um elemento passivo no contexto da existência humana e se tornou um elemento ativo na formação da produção social e de seu respectivo excedente econômico – fenômeno ao qual denominamos de revoluções do valor. A partir das quais torna-se possível examinar o processo histórico de autodeterminação do valor e da autonomização do mais-valor, como discorreremos ao longo deste artigo. A autodeterminação do valor refere-se à capacidade do valor econômico de se determinar e se estabelecer dentro do sistema capitalista de forma autônoma. Já a autonomização do mais-valor ocorre quando o trabalho não pago extraído da força de trabalho é separado do processo de produção do valor.

O artigo encontra-se dividido em 5 seções além desta introdução e da conclusão. No item II realizamos uma rápida apreciação das revoluções do valor. No item III tratamos do trabalho produtivo e do mais-valor, preparando o terreno para tratarmos da autonomização do mais-valor e da autodeterminação do valor nos itens IV e V. Este último item também revela algumas nuances da autonomização do mais-valor e da autodeterminação do valor no mundo contemporâneo.

II As revoluções do valor

As revoluções do valor correspondem a grandes momentos e processos de transformação e expansão do capitalismo. Elas estabeleceram, como *modus operandi*, o desenvolvimento de novas formas e meios de elevar em escala crescente o grau de autodeterminação do valor e de autonomização do mais-valor. Processos que assumiram diversos aspectos ao longo da história do capitalismo: 1) separação entre valor de uso e valor; 2) separação entre trabalho concreto e trabalho abs-

trato; 3) separação entre geração de valor e de mais-valor através da generalização do trabalho assalariado; 4) mecanização da produção e estabelecimento do mais-valor relativo como elemento central de acumulação de capital; 5) geração de novos meios, processos e produtos (revolução tecnológica da segunda metade do século XX), que transformam a esfera da produção em um elemento contingente (apesar de necessário e inevitável) do processo de acumulação de capital e requalificam a produção de valor e de mais-valor; e 6) em decorrência de todos os anteriores, a ampliação em vultoso grau tanto da autodeterminação do valor quanto da autonomização do mais-valor.

No que concerne à Inglaterra, entre os séculos XVI e XIX, a história dessas transformações foi examinada de forma pormenorizada por Marx, no capítulo 24, do livro I de *O Capital*, intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”. Período inicialmente marcado pelo desenvolvimento e dominância do capital mercantil e por sua crescente penetração na esfera produtiva, estabelecendo também a destruição das formas de produção pré-capitalistas (não baseadas no trabalho assalariado). Marx, no referido capítulo, analisa as condições fundamentais da produção capitalista, tais como: 1) polarização do mercado entre os possuidores de dinheiro e meios de produção e subsistência, de um lado, e de trabalhadores livres que possuem como única mercadoria vendável sua própria força de trabalho, de outro; 2) formação do arrendatário capitalista; 3) formação do capitalista industrial; e 4) os revolucionamentos e os momentos históricos das diversas metamorfoses do valor-capital. Entre estes últimos ele descreve de forma detalhada a expropriação do povo do campo de sua base fundiária (*inclosures* e *clearing of estates*), a “legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV”, o sistema colonial, o sistema da dívida pública, o moderno sistema tributário e o sistema protecionista.

Historicamente, as revoluções do valor proporcionaram um desenvolvimento sem igual às forças produtivas, que passaram a encontrar seu limite apenas na disponibilidade de recursos naturais do planeta, nas crises econômicas decorrentes da própria dinâmica capitalista e, mais recentemente, nas restrições impostas pela crise climática global. Estabeleceram, ainda, uma forma social de exploração da força de trabalho muito mais eficiente em relação aos modos de produção anteriores. Se considerarmos que o fundamento original do valor são as relações sociais que os seres humanos estabelecem entre si (e com a natureza) no processo de produção da vida material, compreenderemos, sem muita dificuldade, todas as dimensões relacionadas às revoluções do valor.

Como anteriormente ressaltado, a primeira dessas revoluções refere-se à mudança de importância do valor como objetivo social e as formas de sociabilidade / civilidade daí derivadas. Progressivamente o valor de uso passa a configurar-se como elemento contingente da própria vida, porque em primeiro lugar apresenta-se o mais-valor; que pela mediação da esfera da circulação assume a forma fenomênica de lucro. Uma segunda revolução está associada a uma produção que assume como forma dominante de relações sociais o trabalho assalariado, conferindo ao mesmo tempo ao trabalho humano o duplo caráter de “trabalho concreto” e “trabalho abstrato”, como categorizado por Marx no livro I de *O Capital*. Ele denominou essa nova relação social de capital, base do processo de produção capitalista. Dessa perspectiva,

O processo de produção capitalista é ao mesmo tempo, essencialmente, um processo de acumulação. Já vimos como, à medida que progride a produção capitalista, a massa de valor que tem de reproduzir-se ou conservar-se simplesmente aumenta e cresce com o aumento da produtividade do trabalho, mesmo quando a força de trabalho empregada permanece constante. Com o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, porém, incrementa-se ainda mais a massa dos valores de uso produzidos, que é uma das partes que forma os meios de produção. E o trabalho adicional, por meio de cuja apropriação essa riqueza adicional pode voltar a converter-se em capital, não depende do valor, mas da massa desses meios de produção (inclusive os meios de subsistência), já que o trabalhador, no processo de trabalho, não atua de fato sobre o valor, mas simplesmente sobre o valor de uso dos meios de produção. No entanto, a própria acumulação e, com ela, a correspondente concentração do capital, é um meio material para aumentar a força produtiva (MARX, 2017b, p. 256).

Isto posto, torna-se muito mais fácil entender o motivo pelo qual Marx começou *O Capital* pela análise da mercadoria. Ela constitui uma “síntese de múltiplas determinações”: valor, valor de uso, valor de troca, trabalho concreto, trabalho abstrato, capital e acumulação. Recordemos o primeiro parágrafo do livro I: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar. Nossa investigação co-

meça, por isso, com a análise da mercadoria” (MARX, 2017a, p. 113). A obra magna de Marx não é somente uma interpretação sobre o capitalismo e sua respectiva forma de valor (o capital), constitui uma descoberta fundamental sobre a própria natureza dessa sociedade: juridicamente uma sociedade de homens livres, economicamente uma sociedade de expropriação, exploração e espoliação do trabalho de muitos (trabalhadores assalariados) por poucos (capitalistas).

Do ponto de vista de uma revolução humanista, que tenha por fundamento o estabelecimento conjunto dos ideais de igualdade, justiça, liberdade e dignidade humana, duas grandes referências são a *Bíblia Sagrada* (em termos do cristianismo dos ensinamentos de Jesus) e *O Capital*. Por caminhos diferentes essas duas obras – a primeira a partir de um elemento externo ao homem (Deus), e a segunda, a partir da própria capacidade de racionalização do ser humano –, procuram estabelecer os fundamentos do que seria uma sociedade verdadeiramente humana. No entanto, a obediência a Deus parece não ter impedido o ser humano de cometer as mais terríveis atrocidades (em seu próprio Nome) contra os seus semelhantes ao longo da história. No caso de Marx, a emancipação humana, como meta de uma sociedade de sujeitos sociais livres de relações de exploração e de expropriação, parece também teimar em se estabelecer como fundamento humano de civilidade / sociabilidade; ou então ser apropriada de forma indevida, como no caso do princípio básico do liberalismo econômico, sintetizado na mão invisível de Smith, segundo o qual a totalidade social se beneficiaria da busca egoísta e individualista da riqueza. Talvez porque no mundo fenomênico a vantagem que um indivíduo (ou grupo) pode exercer sobre muitos outros, privatizando o produto do trabalho social, apareça como um objetivo particular de vida muito mais importante que a própria existência social de outros indivíduos. É como se a extensão da vida de uns dependesse da destruição da vida de muitos. A demonização de Marx durante sua vida, e ao longo do século XX, apresenta-se como uma forma grosseira de escamotear / alienar tal discussão, concretamente relacionada à essência de nossa civilidade / sociabilidade; fundamentada materialmente em relações sociais de produção (estrutura econômica). Caso não reconhecamos a exploração do trabalho como fundamento da nossa atual sociedade, não poderemos jamais estabelecer relações sociais livres de dominação e dependência. Ainda mais no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, tanto pela facilidade de exploração da força de trabalho proporcionada ao capital pela revolução técnico-científico-informacional, quanto pelo grau de controle social exercido sobre corações e mentes, a partir das no-

vas tecnologias de informação (aplicativos, plataformas digitais, *bots*, Inteligência Artificial etc.), bem como também pela tendência preocupante do aumento significativo de casos de doenças e transtornos mentais que tem sido observada em várias partes do mundo (relacionadas a essa nova etapa do capitalismo).

Como destacado anteriormente, Marx iniciou *O Capital* pela análise da mercadoria. Não a mercadoria em seu sentido geral, como produto material das relações sociais, mas como uma forma específica de riqueza de uma sociedade historicamente determinada. Daí, corretamente, deriva a substância do valor e sua grandeza, medida pelo “tempo social médio de trabalho”. Por seu turno, do “duplo” caráter da mercadoria (valor de uso e valor de troca), deriva o duplo caráter do trabalho (concreto e abstrato). Demonstra, então, a importância do trabalho abstrato para a transformação da mercadoria de objeto de uso em valor-mercadoria. Portanto, para ele o trabalho abstrato (trabalho social em geral) se apresenta como um nivelador de valores, pois representa uma medida geral (dispêndio de força humana de trabalho), independentemente do valor de uso gerado, ou seja, ele é “indiferente às peculiaridades do ato produtivo”: “[...] Alfaiataria e tecelagem são elementos formadores dos valores de uso, casaco e linho, precisamente devido a suas diferentes qualidades; constituem substâncias do valor do casaco e do valor do linho apenas na medida em que se abstraem suas qualidades específicas e ambas possuem a mesma qualidade: a qualidade do trabalho humano” (MARX, 2017a, p. 122). Assim, o trabalho abstrato apresenta-se ao mesmo tempo como determinante do valor na sua forma capitalista (mercadoria) e “propriedade” do possuidor dos meios de produção e subsistência; único sujeito social que pode lhe colocar em movimento, sob condições de produção capitalista.

Marx passa, então, a discutir a forma de valor ou o valor de troca. Parte da “forma de valor simples, individual ou ocasional”, na qual uma mercadoria expressa o seu valor em uma única outra mercadoria e define os dois polos da expressão do valor: a forma de valor relativa e equivalente. Segue para “a forma de valor total ou desdobrada”, na qual “[...] O valor de uma mercadoria [...] é expresso em inúmeros outros elementos do mundo das mercadorias [...]” (MARX, 2017a, p. 138), e, chega à “forma de valor universal” e sua correspondente “forma-dinheiro”. O seu objetivo é simples, mas como tudo em Marx, é realizado com extrema habilidade e brilhantismo. Ele demonstra de forma lógica que a generalização das trocas exige a eleição de um equivalente universal para tornar viável a movimentação do valor (trabalho abstrato), ou seja, a eleição de elemento fenomênico que represente

este valor. O trabalho abstrato, novo símbolo da riqueza material, representada na mercadoria produzida a partir de relações sociais capitalistas, pode agora ser expresso também em um elemento que não a própria mercadoria: o dinheiro (que embora também constitua uma mercadoria guarda o atributo especialíssimo de se transformar em capital, a partir da utilização de trabalho assalariado). Está assegurada, assim, a autonomização do valor, bem como o primeiro passo de seu processo de autodeterminação e, por fim, estabelecido o caráter fetichista da mercadoria e do dinheiro.

As duas formas anteriores [forma de valor simples e forma de valor total ou desdobrada] expressam, cada uma, o valor de uma mercadoria, seja numa única mercadoria de tipo diferente, seja numa série de muitas mercadorias diferentes dela. Nos dois casos, dar a si mesma uma forma de valor é algo que, por assim dizer, pertence ao foro privado da mercadoria individual, e ela o realiza sem a ajuda de outras mercadorias. Estas representam, diante dela, o papel meramente passivo do equivalente. A forma universal do valor só surge, ao contrário, como obra conjunta do mundo das mercadorias. Uma mercadoria só ganha expressão universal de valor porque, ao mesmo tempo, todas as outras expressam seu valor no mesmo equivalente, e cada novo tipo de mercadoria que surge tem de fazer o mesmo. Com isso, revela-se que a objetividade do valor das mercadorias, por ser a mera 'existência social' dessas coisas, também só pode ser expressa por sua relação social universal [*allseitige*], e sua forma de valor, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida (MARX, 2017a, p. 142).

Como ressaltado anteriormente, podemos designar o capitalismo como sociedade das representações, das reificações, ou como na denominação das obras iniciais de Marx, da alienação. Da mercadoria como valor, do valor como dinheiro, do dinheiro como determinação única e última da vida humana e de seu processo reprodutivo. Desse modo, a forma de reprodução ampliada de tal sociedade não poderia ser outra que não a da valorização do valor (acumulação privada de riqueza material produzida socialmente), com todas as implicações derivadas de uma estrutura econômica que divide os sujeitos sociais em proprietários dos meios de produção e proprietários unicamente de suas respectivas forças laborais. Como conclui Marx, no capítulo 23, do livro I de *O*

Capital, o funcionamento do capitalismo resulta numa verdadeira lei de movimento, no sentido da constituição de uma regularidade inexorável, de tal formação social. Argumento que permite estabelecer uma analogia do capitalismo do século XIX com o capitalismo de vigilância do século XXI, termo utilizado pelos autores Goldberg e Akimoto (2021, l. 1294), para os quais:

[...] o capitalismo de vigilância não é tecnologia; é uma lógica que se infiltra na tecnologia e que a comanda para ação. [...] O digital pode tomar muitas formas, a depender das lógicas econômicas e sociais que o trazem à vida. [...] Que o capitalismo seja uma lógica em ação, não uma tecnologia é um ponto vital porque o capitalismo de vigilância quer nos fazer crer que suas práticas são apenas expressões inevitáveis das tecnologias por ele empregadas.

Destarte, a importância de Marx vai muito além do exame da história das revoluções do valor, que continuaram acontecendo no século XX e estabelecendo graus crescentes de autodeterminação do valor e de autonomização do mais-valor. A obra *O Capital*, em seu conjunto, representa o maior esforço intelectual já realizado para compreender a natureza dessa nova forma de valor, o capital, e suas implicações humanas e sociais (entre elas o encobrimento de formas de exploração do trabalho social). Nesse ponto, para avançarmos na nossa discussão sobre as transformações do valor, faz-se necessário investigar a categoria trabalho produtivo.

III Trabalho produtivo e mais-valor

Partimos do entendimento de Marx, no livro I de *O Capital*, de que valor não é trabalho. Logo, a “causa da riqueza das nações” não pode estar assentada de forma direta apenas na divisão social do trabalho. Entender a causa da riqueza, como Marx o fez, exige pensar não em termos de trabalho, mas de força de trabalho, ou seja, de dispêndio de “nervos e músculos” durante uma jornada de trabalho, por exemplo. De forma geral, a maneira como cada trabalhador adiciona valor ao processo econômico está diretamente relacionada à quantidade de seu tempo de trabalho posta em movimento. Para Marx, na produção capitalista o trabalho produtivo é o trabalho assalariado que produz tanto valor, diretamente relacionado às condições materiais de reprodução fí-

sica da própria força de trabalho e dos capitalistas, quanto mais-valor, diretamente relacionado ao processo de acumulação. Assim, discorre Marx (1980, p. 132–133), no volume 1 de *Teorias da mais-valia*:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. (Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada ou que restitui mais trabalho do que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio).

Portanto, o objetivo do capitalista não é a simples produção de mercadoria, não é a mercadoria em si. Esta constitui apenas o meio necessário a partir do qual ele pode realizar seu verdadeiro objetivo, acumular riqueza abstrata, representada na maior quantidade de dinheiro que possa concentrar. Perguntar por que esse é o verdadeiro propósito do capitalista é o mesmo que perguntar sobre o objetivo do dono de escravo na economia antiga ou sobre a relação senhor feudal / servo no período feudal, guardadas suas devidas proporções. A única diferença entre essas formas de relações sociais está na natureza do valor sob condições capitalistas e, conseqüentemente, do elevado grau de complexidade social derivada dessa forma específica de valor. No capitalismo a mercadoria como síntese da produção de valores, produzida a partir do trabalho assalariado, pelo elevado nível de produtividade que alcança – primeiro com a divisão social do trabalho, depois com a produção mecanizada –, imprime ao processo de acumulação um caráter avassalador. Porque promove ao mesmo tempo a autodeterminação do valor e, por conseguinte, a autovalorização do capital, bem como a autonomização do mais-valor (em termos da separação do trabalho não pago extraído do trabalhador assalariado em relação ao processo direto de produção do valor). Desse modo, o capitalismo submete todos os aspectos da vida humana e da natureza ao seu movimento incessante de reprodução ampliada.

Desse modo, a produção capitalista, como tão bem entendida por Marx, não é somente a produção de mercadoria, mas é “essencialmente” a produção de mais-valor. Para nós com dois sentidos ou dimensões: 1) excedente de valor econômico produzido na esfera da produção e apropriado de forma privada; e 2) trabalho não pago realizado nas esferas da circulação e distribuição (também apropriado de forma privada). No livro I de *O Capital*, Marx (2017a, p. 578) relaciona o trabalho produtivo ao mais-valor da seguinte forma: “[...] O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital”. No mesmo parágrafo ele também fornece um exemplo da produção de mais-valor fora da esfera da produção material:

[...] diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital [...] (MARX, 2017a, p. 578).

Duas coisas são importantes destacar da citação anterior. Primeiro, a de que “o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil”. O termo “efeito útil” parece muito vago, mas pelo contexto podemos inferir que se refere aos valores de uso relacionados à existência material dos sujeitos sociais, em contraste com valores de uso não palpáveis, como o do exemplo em tela. Segundo, a generalização da produção de mais-valor como “uma relação de produção especificamente social”. No entanto, apesar de Marx ter entendido o mais-valor tanto como valor excedente quanto como trabalho não pago, ele não chegou a sistematizar tal grandiosa descoberta. No volume I das *Teorias da mais-valia*, ele registrou que “[...] a mais-valia, apareça na forma de lucro, renda

fundiária ou na secundária de juro, nada mais é que a parte desse trabalho da qual os donos das condições materiais se apropriam na troca por trabalho vivo” (MARX, 1980, p. 64). Talvez se Marx tivesse caminhado nessa direção, o livro III de *O Capital* poderia ter trazido outros *insights*, por exemplo, sobre a questão da formação de uma taxa geral de lucro ou sobre o problema da transformação de valores em preços, ou ainda, sobre a forma de distribuição do mais-valor entre os diversos capitais em função.

No livro III, capítulo 16, intitulado “O capital de comércio de mercadorias”, Marx descreve corretamente que o capital comercial é aquele que atua dentro da esfera da circulação, que o processo de circulação constitui uma fase do processo global da reprodução e que, nesse, “[...] não se produz nenhum valor, por conseguinte, tampouco mais-valor [...]” (MARX, 2017b, p. 321). Que a esfera da circulação não produza valor é um fato derivado da própria noção de valor econômico, no sentido de valor como a criação de uma utilidade social através do trabalho humano pela transformação da natureza em uma “segunda natureza”. O desenvolvimento da divisão social do trabalho, do progresso técnico e, finalmente, a mecanização da produção tornam a existência humana cada vez menos diretamente relacionada aos produtos diretos ofertados pela natureza – sem transformação –, e cada vez mais dependente das utilidades sociais produzidas (valores econômicos) por uma segunda natureza (altamente mecanizada).

Por conseguinte, a produção de valor é uma tarefa própria da esfera da produção. Contudo, no capitalismo, as relações sociais de produção em todas as esferas econômicas (produção, circulação e distribuição) são do tipo assalariada. Todavia, mesmo sob condições de produção capitalista, existem situações nas quais o trabalho assalariado pode não estar diretamente relacionado à busca de lucro, ou seja, uma condição em que uma pessoa é contratada por um empregador, recebe um salário, mas o objetivo principal do trabalho não é gerar lucro direto para o empregador. Porém, neste artigo estamos interessados somente no trabalho assalariado empregado de forma capitalista, empregado com o objetivo de gerar lucro.

Na esfera da produção capitalista é cristalino que o valor de uso da força de trabalho gera um valor excedente, pois é próprio da atividade produtiva criar um excedente, ou seja, o mais-valor como valor excedente surge como uma implicação direta do processo produtivo. Outrossim, o trabalho assalariado empregado de forma capitalista não está circunscrito à esfera da produção, ele perpassa toda a totalidade social capitalista. Sendo a esfera da circulação uma atividade econô-

mica na qual vigora também relações sociais capitalistas, embora não produza valor, ela se realiza através do valor de uso da força de trabalho assalariada. Dessa forma, se a força de trabalho é remunerada de acordo com os preços de mercado, ela recebe um valor apenas necessário para sua reprodução, de acordo com um determinado grau civilizatório. Claro que existem empregos e funções que permitem um salário mais elevado em relação a um nível elementar de subsistência do trabalhador, mas isso não altera em nada a sua condição. Por essa ótica, podemos concluir que apesar dessa esfera econômica não produzir propriamente valor, somente pelo fato dela empregar trabalho assalariado, ela também realiza trabalho não pago. Em outras palavras, se o valor está relacionado diretamente à esfera da produção, o trabalho não pago está diretamente relacionado ao uso do capital variável em qualquer esfera de atividade econômica que empregue trabalho assalariado. Pois, o valor de uso da totalidade do capital variável empregado de forma capitalista se faz sempre maior que seu valor de troca como salário, produzindo por essa diferença sempre trabalho não pago.

Desse modo, o mais-valor como trabalho não pago está presente em todas as esferas do trabalho social, desde que a totalidade do capital variável seja empregada de forma capitalista, independentemente da forma salarial de contrato de trabalho. Que exista transferência de mais-valor (na forma de valor excedente) entre as esferas econômicas, não se pode negar. Porém, que qualquer capitalista não se aproprie do mais-valor que produziu na forma de trabalho não pago, mas apenas de uma quantidade que “[...] corresponde a cada alíquota do capital total por meio da distribuição uniforme do mais-valor total ou do lucro total produzido em dado intervalo de tempo pelo capital total da sociedade no conjunto de todas as esferas da produção”, conforme explica Marx (2017b, p. 193), no livro III, de *O Capital*, parece não levar em consideração a generalização da existência de trabalho não pago para além da esfera produtiva propriamente dita. A maior importância de tal constatação está em que ela revela uma nova dimensão da teoria da exploração e da acumulação capitalista de Marx; muito mais problemática que a ideia exposta pelo referido autor no item 7, “a tendência histórica da acumulação capitalista” (expropriação dos expropriadores), do capítulo 24, “A assim chamada acumulação primitiva”, do livro I de *O Capital*. Pois, torna a reprodutibilidade do capitalismo no tempo e no espaço infinitamente mais resiliente, em relação à conclusão do referido autor sobre a superação histórica do capitalismo. Também torna compreensível que a geração de trabalho não pago não depende

diretamente da produção de valor, embora a produção deste seja uma condição necessária para a própria existência humana. Em outras palavras, o capitalismo autonomiza também o processo de produção de mais-valor, tanto em termos da geração de valor excedente produzido (esfera produtiva), quanto em termos de trabalho não pago (demais esferas de atividade econômica).

Para Marx, o capitalismo seria o modo de produção responsável pelo máximo desenvolvimento das forças produtivas, a partir do qual uma sociedade poderia finalmente se libertar de sua pré-história, marcada por relações sociais de exploração e expropriação entre os sujeitos sociais, e alcançar, através da “expropriação dos expropriadores”, uma sociedade humanamente emancipada, de homens livres e iguais; econômica e juridicamente iguais. No entanto, a revolução técnico-científico-informacional e seus desdobramentos (entre eles o estabelecimento de um capitalismo digital-financeiro-de-vigilância), revelam, pelo contrário, um poder sem limites de exploração, expropriação e predação, tanto da força de trabalho social como de recursos naturais e sociais.

IV A autonomização do mais-valor

Este item procura demonstrar o advento de um novo grau de separação entre valor e mais-valor resultante da financeirização / digitalização da economia, que por sua vez também configura uma nova lógica de reprodução ampliada do capital, de natureza civilizacional muito mais perversa que qualquer outra etapa do capitalismo. De certa forma, muitos estudos já demonstraram como a financeirização da economia deslocou a importância da produção material no processo de acumulação de capital. Simplesmente, adicionamos a esse contexto os resultados dos desdobramentos da última revolução tecnológica nas duas primeiras décadas do século XXI.

Conforme explica Marx no livro III, de *O Capital*, o valor de cada mercadoria, produzida de forma capitalista, é dada pela fórmula $M = c + v + m$, onde, c é o capital constante, v é o capital variável, e m é o mais-valor. A partir dessa fórmula ele diferencia o “valor de reposição em mercadoria para o valor capital” ou o preço de custo da mercadoria, do “valor-produto” ou “custo de produção”. Portanto, Marx diferencia o que a mercadoria custa ao capitalista do que a mercadoria custa à sua própria produção. Pois, “[...] se a parte do valor-mercadoria constituída de mais-valor não custa nada ao capitalista, é justamente porque ela custa trabalho não pago ao trabalhador [...]”

(MARX, 2017b, p. 54). Essa diferença se torna mais clara quando o referido autor afirma que “[...] o custo capitalista da mercadoria se mede pelo dispêndio de capital, e o custo real da mercadoria, pelo dispêndio de trabalho [...]” (MARX, 2017b, p. 54). Dessa forma, Marx explica que o preço de custo para o trabalhador tem a aparência de custo real da própria mercadoria, assumindo, assim, “a falsa aparência de uma categoria da própria produção de valor”. Pois, se o preço de custo é dado por $p = c + v$, substituindo esta expressão na fórmula $M = c + v + m$, ela assume a forma $M = p + m$, de modo que agora p pode ser expresso por $p = M - m$. O mais-valor, m , aparece assim como um excedente do valor da mercadoria (M) acima de seu preço de custo, simbolizando “[...] um crescimento do valor do capital que é despendido na produção da mercadoria e que retorna de sua circulação” (MARX, 2017b, p. 59). Marx explica que aparentemente para o capitalista esse crescimento deriva do próprio capital, pois ele passou a existir após o processo de produção, portanto, teve “origem nos empreendimentos produtivos realizados pelo capital”. Para o trabalhador apresenta-se, também aparentemente, como “[...] a parcela variável de valor do adiantamento do capital que paga o valor ou o preço de todo o trabalho despendido na produção [...]” (MARX, 2017b, p. 57).

Marx utiliza-se do raciocínio acima no capítulo 1, “Preço de custo e lucro”, do livro III de *O Capital*, para mostrar a forma mistificada da produção de valor no capitalismo. Hipoteticamente, ele inicialmente supõe mais-valor igual a lucro, ou seja, $m = l$. Assim, se $M = c + v + m$, sendo $p = c + v$, substituindo esta última igualdade em M , encontramos $M = p + m$. Sendo, então, ainda, $m = l$, logo, $M = p + l$. Destarte, Marx conclui que:

[...] pelo fato de que na formação aparente do preço de custo não se percebe qualquer diferença entre capital constante e capital variável, a origem da alteração de valor que ocorre durante o processo de produção precisa ser deslocada da parte variável do capital para o capital total. Uma vez que num polo o preço da força de trabalho aparece na forma transformada do salário, no polo oposto o mais-valor aparece na forma transformada do lucro (MARX, 2017b, p. 62).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, se, ainda, $M = p + l$, e, $l = 0$, tem-se o caso em que o limite mínimo do preço de venda é dado pelo preço de custo da mercadoria; $M = c + v$. No polo oposto, tem-se a situação da mercadoria ser vendida pelo valor-mercadoria, ou

seja, $M = c + v + m$. Nesse caso, $p = M - m$, implica que sendo a mercadoria vendida pelo seu valor o capitalista realiza um lucro igual ao “excedente de seu valor acima de seu preço de custo”. Portanto, “[...] entre o valor da mercadoria e seu preço de custo, é claramente possível uma série indeterminada de preços de venda. Quanto maior o elemento do valor-mercadoria constituído de mais-valor, maior o campo de ação para a prática desses preços intermediários.” (MARX, 2017b, p. 62). Marx, assim, conclui que preço de venda e preço de custo são coisas diferentes. Uma situação em que $m = 0$ constitui um “caso que jamais ocorre com base na produção capitalista”. Como explica o referido autor: “[...] seria absolutamente falso pressupor que, se todas as mercadorias fossem vendidas por seu preço de custo, o resultado seria o mesmo que se todas elas fossem vendidas acima de seu preço de custo, mas por seu valor [...]” (MARX, 2017b, p. 65). Marx, pelo argumento exposto acima, explica como no mundo fenomênico o mais-valor assume a forma mistificada de lucro e, assim, este se apresenta no mundo das trocas e da produção para o capitalista; apenas como uma “soma de valor desembolsada para gerar lucro” ou de um “lucro engendrado”; “porque uma soma de valor” foi empregada como capital. Desse modo, aos olhos não treinados em economia política parece que o mais-valor deriva da venda de mercadorias acima do seu valor, e não da diferença entre valor de troca e valor de uso da mercadoria força de trabalho.

Sem embargo, Marx, no capítulo 4 do livro I, de *O Capital*, “A transformação do dinheiro em capital”, formulou sua teoria da exploração, revelando, assim, toda a força da teoria do valor-trabalho como categoria de análise econômica. Ele nos mostra de forma lógica, considerando o valor-capital o resultado de relações sociais historicamente específicas, como a produção capitalista transforma uma troca de equivalentes numa troca de não equivalentes, a partir do valor de uso da força de trabalho. A equivalência como princípio das trocas é, assim, mantida na esfera da circulação, na qual ocorre a troca da força de trabalho por salário. A não-equivalência é um resultado implícito, porque encontra-se escondida na sutil diferença entre trabalho e força de trabalho; entre a formação de valor e seu processo capitalista de valorização. Na aparência, o capitalista fez um pagamento justo, pois pagou o preço de trabalho determinado pelo mercado. Na essência, a coisa é outra. A utilização da força de trabalho durante uma jornada de trabalho não corresponde à “justiça” do mercado. Porque a produção de uma jornada de trabalho gera um valor acima do salário estabelecido pelo mercado, gera um excedente de valor que é apro-

priado não pelo trabalhador, mas pelo capitalista. Dessa forma, Marx formulou sua teoria do mais-valor, a teoria da exploração do trabalho no capitalismo, que nada tem a ver com condições de trabalho ou baixos salários; estando diretamente relacionada à diferença entre o valor de troca da mercadoria força de trabalho no mercado e o produto de seu uso durante o processo produtivo.

Não fosse o mais-valor explicado pelo resultado da diferença entre valor de troca e valor de uso da força de trabalho, muito apropriadamente, ele o seria pelo “tempo de trabalho necessário” à produção e reprodução do trabalhador. É um fato claro como o dia que os frutos do trabalho não retornam para o trabalhador assalariado, ou seja, o valor é produzido socialmente, mas apropriado de forma privada. Tudo que cabe ao trabalhador como resultado da utilização de sua força de trabalho é a sua reprodução física. Algum grau acima dessa condição somente foi conquistado por meio de muita luta da classe trabalhadora contra sua total exploração. No entanto, a luta entre o conjunto dos capitalistas e o conjunto dos trabalhadores representa uma antinomia, como tão bem demonstrou Marx (2017a) no capítulo sobre “A jornada de trabalho”, do livro I de *O Capital*, ou seja, “entre direitos iguais, quem decide é a força”. Então, como a força é um monopólio do Estado e como este é um Estado comandado de forma capitalista, o grau civilizatório que pode ser atingido pelo capitalismo será sempre limitado pela remuneração da força de trabalho em torno de um valor que gira ao redor do tempo de trabalho necessário à produção e reprodução física do trabalhador assalariado. Em outras palavras, é um grau civilizatório no qual as relações sociais entre os indivíduos singulares acontece a partir de uma civilidade / sociabilidade que sempre envolve formas de exploração, dominação e expropriação.

Marx, ainda no livro I, nos apresenta uma terceira forma de explicar porque os frutos do trabalho não retornam para o trabalhador assalariado. Trata-se da “influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora”, que ele analisa no capítulo 23, “A lei geral da acumulação capitalista”. Sendo a produção de mais-valor a lei absoluta do modo de produção capitalista, a forma de sua reprodução implica sempre, e de forma continuada, a reprodução própria da relação capitalista; “capitalistas de um lado, assalariados de outro”:

Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do traba-

lho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos (MARX, 2017a, p. 697).

Se nossa afirmação para o mais-valor estiver correta (tanto a partir do “tempo de trabalho necessário” à produção e reprodução do trabalhador, quanto da “lei geral da acumulação capitalista”), a teoria da exploração de Marx ganha uma amplitude muito maior que imaginávamos. Primeiro, porque o mais-valor como trabalho não pago se “desvincula” do valor, ou seja, uma proporção de mais-valor se autonomiza. Segundo, porque o mais-valor passa a existir em qualquer esfera de atividade econômica que tenha como base o trabalho assalariado empregado de forma capitalista, independentemente desse trabalho ser considerado produtivo ou improdutivo. Dessa perspectiva, o mais-valor não é mais uma questão exclusiva da esfera produtiva (embora a produção de valor e de excedente continue sendo), mas da própria existência do salário como forma de remuneração do fator trabalho em qualquer atividade econômica que funcione com o objetivo de gerar lucro, independentemente da forma salarial de contrato de trabalho.

Por esse raciocínio a diferença entre preço de custo e valor assume outra dimensão. Pois, o mais-valor como trabalho não pago revela sua existência também nas esferas econômicas da circulação e da distribuição. Dessa forma, podemos observá-lo como uma razão do próprio capital variável, de modo que a fórmula $M = c + v + m$ pode ser redefinida para $M = c + v + [(m/v) \times v]$, passando o lucro a ser dado por $l = v \times (m/v)$, ou seja, a taxa de mais-valor torna-se intrínseca à própria existência de v . Cabe ressaltar que no mundo fenomênico os capitalistas realmente estimam suas taxas de lucro nas esferas da circulação e da distribuição através de algum tipo de *markup* (um percentual adicionado ao custo de um produto ou serviço para determinar o seu preço de venda). Marx, no capítulo 3, do livro III, de *O Capital*, intitulado “Relação entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valor”, definiu a taxa de lucro como a relação entre o mais-valor e o capital total (m/C). Mas, por esse procedimento, a forma lucro dá a ideia de ter se formado junto à produção, pois está representado por dois

elementos internos à produção (m e C); quando o próprio Marx já havia demonstrado que a sua formação ocorre somente a partir da realização do mais-valor através da esfera da circulação. Além disso, agora sabemos que o mais-valor na forma de trabalho não pago é próprio do trabalho assalariado empregado de forma capitalista. A questão é que se quisermos determinar uma taxa interna de lucro devemos relacioná-la diretamente a uma taxa de mais-valor, como fizemos na última fórmula, $l = v \times (m/v)$. Assim, as variações em l passam a depender não da relação (m/C), mas da própria taxa de mais-valor (m/v). Dessa forma, então, conseguimos estabelecer uma explicação válida sobre o mais-valor como trabalho não pago nas esferas da circulação e da distribuição, bem como demonstrar a existência de uma taxa de exploração intrínseca ao trabalho assalariado capitalista nestas esferas, dada por l/v . Assim, para um valor constante de m , qualquer valor empregado de v gera uma igualdade entre l e m . Por exemplo:

Se, $v = 100$, $m = 100$. Logo, $l = 100 \times (100/100) = 100$, ou seja, $m = l$;

Se, $v = 50$, $m = 100$. Logo, $l = 50 \times (100/50) = 100$, ou seja, $m = l$;

Se, $v = 25$, $m = 100$. Logo, $l = 25 \times (100/25) = 100$, ou seja, $m = l$.

Conforme expusemos acima, a taxa de lucro para as esferas da circulação e da distribuição não pode ser definida como a relação entre o mais-valor e o capital total (m/C), porque o lucro somente é conhecido *ex post*, ou seja, após a realização do mais-valor na esfera da circulação. O que se pode estabelecer *ex ante* é um índice, uma taxa de lucro a ser alcançada pelo capitalista. Como por exemplo, o Índice de Taxa de Lucro que é dado pela relação Lucro Líquido / Capital Investido. Todavia, índices dessa natureza não captam a taxa de exploração do trabalho contida na relação de produção capitalista.

Grosso modo, depreendemos da análise acima realizada que a questão relacionada a se as mercadorias são ou não vendidas pelos seus valores perde relevância. Parece muito mais importante considerar a exploração do trabalho assalariado em todas as suas dimensões e desdobramentos. Pois, apesar de existir uma relação entre valor e preço de mercado, esta é de mero ajuste, visto que os preços e suas variações apresentam relativa autonomia em relação ao valor-trabalho; autonomia estabelecida através do processo de concorrência, situações de monopólio / oligopólio, ou ainda, de preços administrados pelo Estado. De qualquer forma, a principal implicação da autonomização do mais-valor como trabalho não pago nas esferas da circulação e da distribuição recai mesmo sobre a teoria da distribuição do mais-valor de Marx. Embora, continue correta sua afirmação sobre transferência de

mais-valor, na forma de valor excedente, entre as frações de capital em função, torna-se problemática sua tese da determinação de uma “taxa média de lucro”, necessária à divisão do mais-valor entre tais frações. Em outras palavras, a divisão do mais-valor em lucro para as categorias do capital mercantil, fundiário e financeiro, não pode ser determinada exclusivamente pelas “leis reguladoras da equalização da taxa de lucro”. Existe uma dimensão a mais que tão somente a transferência de parte do mais-valor total (em termos de valor excedente) do capital industrial para as outras frações de capital; dimensão constituída pela existência de trabalho não pago gerado diretamente em suas respectivas atividades. Por exemplo, o lucro do capital mercantil não pode ser explicado somente em função deste “[...] realizar as funções de compra e de venda, que é justamente o que lhe permite transferir para si uma parte do mais-valor engendrado pelo capital industrial [...]” (MARX, 2017b, p. 336).

Por essa ótica, constatamos que não há necessidade que os preços de mercado das mercadorias correspondam diretamente aos seus valores, pois eles funcionam como instâncias distintas, apesar de relacionadas, de determinação, respectivamente, de preços de mercado (através da concorrência) e de grau de exploração da força de trabalho, respectivamente, na forma de m/v na esfera de produção, e na forma l/v nas esferas de circulação e distribuição. Outrossim, o problema da transformação de valores em preços parece, assim, se apresentar como um problema sem solução e, que, de sobra, ainda, pouco contribui para pensar formas de superação do capitalismo; para nós a questão central do desdobramento da teoria econômica marxista. É importante ressaltar que essa proposição não nega a lei do valor trabalho, tampouco nega a troca de equivalentes no mercado. Pois, o valor é determinado pelo tempo de trabalho (passado e presente) e as trocas figuram apenas como ajustes entre os vários tempos de trabalho de todos os ramos da economia, em termos de valor excedente e de trabalho não pago. Na troca entre capitalista e trabalhador assalariado eles estão trocando equivalentes (salário por força de trabalho). No entanto, do ponto de vista do valor é uma troca de não equivalentes, pois o valor de uso da força de trabalho, tanto como produtor de valor excedente quanto de trabalho não pago, é um aspecto real do funcionamento do capitalismo.

Isto posto, o princípio da equivalência é ao mesmo tempo da equivalência e da não equivalência. Não é uma contradição em si, mas uma forma dialética de estabelecer tal princípio. Assim sendo, todas as trocas são ao mesmo tempo troca de equivalentes e troca de não

equivalentes. Todas as demais mercadorias além da força de trabalho devem ser assim também compreendidas e, nesse aspecto, novamente, o problema da transformação de valores em preços se apresenta como um falso problema. Todas as mercadorias contêm trabalho pago e não pago, logo, todas as mercadorias possuem valor e pelo menos um dos aspectos do mais-valor. Os preços estabelecidos no mercado realizam valor e, em proporções diferentes, dependendo das condições de concorrência, de monopólio ou de composição orgânica do capital, mais-valor ou como valor excedente e/ou trabalho não pago. Concluímos, dessa forma, que os valores não necessariamente correspondem aos preços (e nem precisam corresponder), embora funcionem como fundamento dos mesmos. Assim, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo é de certa forma anulada em favor da ideia de trabalho e mais-trabalho. Trabalho como necessidade de produção e reprodução das condições diárias de existência e, mais-trabalho, como valor excedente e como trabalho não pago.

Em síntese, se o capital é uma relação social específica entre capitalistas e trabalhadores assalariados; se o mais-valor (valor excedente e trabalho não pago) é originado do uso da força de trabalho; e se todo trabalho assalariado representa uma subtração do trabalhador de parte de seu produto social; logo, qualquer forma de trabalho assalariado capitalista, em qualquer ramo de atividade econômica, gera mais-valor ou como excedente de valor ou como trabalho não pago. Ou seja, o mais-valor é uma forma de existência que perpassa o capital produtivo, sendo resultado de qualquer forma de capital em funcionamento. O processo de circulação certamente, como demonstrou Marx, não gera nenhum valor. Mas, o capital mercantil, assim como o capital fictício, são categorias nas quais estão presentes tanto o trabalho quanto o trabalho não pago, de forma que elas extraem este último diretamente da relação l/v , que reflete a capacidade do capitalista de obter retorno sobre o capital investido em salário.

V A autodeterminação do valor

Não é objetivo deste artigo, tampouco dispomos de espaço e fôlego para tanto, descrever e analisar todas as mudanças, transformações e impactos da última revolução tecnológica sobre o valor e o mais-valor. Ademais, completaremos os objetivos deste artigo tão somente pontuando algumas delas historicamente.

Começemos pela passagem do século XIX para o século XX. Nela importa inicialmente destacar a transformação do capitalismo concor-

rencial em capitalismo monopolista e a expansão imperialista dela decorrente. Grandes eventos e transformações em nível mundial marcaram a primeira metade do século XX, tais como a implantação do taylorismo e do fordismo, duas grandes guerras e uma depressão global, a revolução keynesiana, revoluções socialistas (Rússia e China), a passagem do capitalismo monopolista ao capitalismo monopolista de Estado, marcando o caráter sistemático de intervenção do Estado na economia. Por seu turno, a segunda metade do século XX foi marcada por um conjunto de eventos também disruptivos, tais como: Revolução cubana (1959); lutas anticoloniais de independência nacional (intensificadas nos anos 1950 e 1960); gestação de um novo padrão tecnológico; reconstrução dos aparelhos produtivos da Europa e da Ásia; crise do capital em nível mundial na década de 1970; ofensiva do capital contra o *Welfare State* e implantação do Estado neoliberal, a partir dos anos 1980. Já na virada do século XX para o XXI destacam-se: industrialização chinesa, na década de 1990, com seu expansionismo global e projeto de contestação do poder hegemônico dos EUA, a partir do início do século XXI; financeirização-“tecnologização” do capital e seus impactos sobre a geração do valor e do mais-valor e sobre o mundo do trabalho; ruptura definitiva com o modelo de regulação fordista como norma de organização social; crise econômica global de 2008 (crise do *subprime*); intensificação da crise ambiental / climática; e “crise Covid” de 2020.

Vale lembrar que o passo fundamental no processo de autovalorização do capital foi dado pela substituição da força motriz humana por uma força motriz mecânica nos idos da Revolução Industrial inglesa. Em seguida, pela transformação do meio de trabalho em um autômato. Processos que são de certa forma simultâneos e complementares e, através dos quais,

Transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva. A cisão entre as potências intelectuais do processo de produção e o trabalho manual, assim como a transformação daquelas em potências do capital sobre o trabalho, consoma-se, como já indicado anteriormente, na grande indústria, erigida sobre a base da maquinaria [...] (MARX, 2017a, p. 495).

Destacamos quatro grandes implicações desse momento, três para o trabalho e uma para o capital. Para o trabalho implica que a partir de então não será mais o trabalhador que comanda o processo de trabalho, ou seja, não é mais o trabalhador quem emprega a ferramenta, mas, ao contrário, é esta quem emprega o trabalhador. O resultado da implicação anterior se relaciona com a simplificação do trabalho e, conseqüentemente, em larga ampliação da oferta de trabalho através do emprego de mulheres e crianças. Também implica na substituição crescente de trabalho vivo por trabalho morto, ou seja, de capital variável por capital constante, o que torna uma parte da força de trabalho dispensável. Parte que constitui um verdadeiro “exército industrial de reserva”, que tem por função tanto atender as demandas do capital em períodos de intensa expansão econômica, quanto de regular o salário ao nível de subsistência dos trabalhadores. Para o capital, por seu turno, implica uma forma de produzir quantidades maiores de valor e mais-valor sem necessariamente ter de aumentar nem o volume da força de trabalho empregada e nem a extensão da jornada de trabalho. A famosa passagem do mais-valor absoluto para o mais-valor-relativo. Nesse aspecto, a mecanização não implica necessariamente na diminuição da intensidade do trabalho, mesmo porque nesse caso “[...] a facilitação do trabalho se torna um meio de tortura, pois a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo [...]” (MARX, 2017a, p. 495).

Podemos identificar ainda uma quarta implicação que atinge tanto trabalhadores quanto capitalistas. A mecanização termina por mostrar o lugar de cada sujeito social na economia e na vida. Diante do poder da máquina, o trabalhador se apresenta de “forma diminuta e secundária”. Já o capitalista, através dele, mostra também o poder de patrão. É sempre mais agradável, apesar de seu conteúdo desagradável, ler esta conclusão no próprio Marx (2017a, p. 495): “[...] a habilidade detalhista do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como coisa diminuta e secundária perante a ciência, perante as enormes potências da natureza e do trabalho social massivo que estão incorporadas no sistema da maquinaria e constituem, com este último, o poder do ‘patrão’ (*master*).”

Marx não viveu o suficiente para testemunhar os maiores avanços da segunda revolução tecnológica e seus impactos sobre o trabalho e o capital. Todavia, suas formulações e conclusões ainda continuam plenamente válidas para entender e explicar a dinâmica capitalista desse período, em termos da produção de valor e de mais-valor. Pois, nesse período, o capital eleva através da maquinaria a sua natureza vampírica

ao extremo, e como na famosa analogia de Marx: “[...] vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga [...]” (MARX, 2017a, p. 307).

O padrão tecnológico da primeira metade do século XX trouxe consigo um processo inexorável de concentração técnica e financeira, bem como a universalização das máquinas-ferramentas na produção, e a exigência de novas formas de gestão do trabalho. No contexto desse salto na especialização e divisão do trabalho já estão postas as condições objetivas para a introdução do taylorismo e do fordismo: a organização científica do trabalho que perdurou praticamente por todo século XX e que se tornara mais do que um processo de gestão da produção. Transformara-se na própria forma de estruturação do capitalismo por cerca de dois terços do século XX, ou seja, uma combinação específica de um regime de acumulação e de um modo de regulação que deu sustentação a um conjunto de macro-regularidades fundamentais e a um determinado padrão de reprodução social, política e econômica.

A partir de 1910, em um contexto de crise, o crescimento e difusão do taylorismo foi considerado como um instrumento de redução de custos e aumento da produtividade do trabalho (não sem oposição dos trabalhadores organizados em sindicatos através de greves e manifestações). A introdução do fordismo, uma nova proposta de gestão da produção através da linha de montagem, consolidou, a partir de 1920, a nova configuração produtiva e do trabalho do capitalismo. Todavia, apesar da dimensão que assumiu o trabalho morto, diante das gigantescas plantas industriais do capitalismo monopolista, a produção de valor dependia, ainda como na manufatura, do trabalho vivo e da intensificação de sua utilização. De forma geral, o grande legado da “administração científica” foi a incorporação da reprodução da força de trabalho como parte integrante do processo de acumulação de capital. A generalização do consumo em massa pelo conjunto da economia abriu novas frentes para acumulação capitalista, que foram fortemente impulsionadas pelas duas grandes guerras, a reconstrução dos aparelhos produtivos da Europa e da Ásia e a implantação do *Welfare State*.

Por seu turno, o contexto da terceira revolução tecnológica, período compreendido entre 1950 e 1970, marcou a época clássica da IA, no qual se buscava através de programas computacionais, que simulavam a inteligência humana, a solução de qualquer problema. A primeira rede física de computadores data da década de 1960. A lógica difusa (*fuzzy logic*), que trata da solução de problemas complexos, para além dos valores de falso e verdadeiro, e da melhoria dos dispositivos de automação de raciocínio, data de 1965. A *World Wide Web* (década

de 1990) revolucionou tanto a nossa forma de se relacionar com o mundo quanto com nós mesmos, modificando completamente a sociedade (revolução digital). Seguiu-se a informatização da manufatura (Sistemas Ciber-Físicos) e a integração de dados (*Big Data Analytic*, computação na nuvem, *Internet das Coisas*, *Internet dos Serviços*, a Manufatura Aditiva, IA, Sensores Inteligentes), no que ficou conhecido por Indústria 4.0; bem como a introdução de novos setores e mercadorias impossíveis de serem imaginados na primeira metade do século XX. Esse conjunto de transformações marcou uma nova etapa histórica do capitalismo e constituiu-se em um verdadeiro divisor de águas da história humana. Isto, no mesmo sentido utilizado por Hobsbawm para se referir à Revolução Industrial inglesa, que assentada em meios de produção qualitativamente novos (máquinas e sistema fabril) destruiu os antigos estilos de vida e no seu lugar introduziu “[...] uma nova relação econômica entre os homens, um novo sistema de produção, um novo ritmo de vida, uma nova sociedade, uma nova era histórica [...]” (HOBBSAWM, 2009, p. 61). Por seu turno,

O processo em curso na atualidade, com a expansão da internet e das novas tecnologias, não pode ser tomado como apenas um passo a mais numa série de novos produtos produzidos pelo homem. Como vimos, o recurso à digitalização introduz uma novidade. A entrada desses produtos, na verdade, marca a entrada em uma nova etapa dos mecanismos de produção, um novo período histórico, com um novo modelo econômico que orienta a economia e as relações sociais (GOLDBERG; AKIMOTO, 2021, l. 1309).

As novas mercadorias e serviços dessa etapa do capitalismo não consistem em meros objetos de uso, tampouco são meros produtos acabados do trabalho humano. Como objetos de uso as mercadorias e os serviços digitais não se encerram em seu consumo, como os bens materiais das revoluções industriais anteriores. Pelo contrário, o seu consumo assume uma dimensão contínua no tempo social e, nesse mesmo processo, gera tanto valor quanto mais-valor para o capital, de forma autodeterminada e autonomizada. Por seu turno, as interações entre máquinas, a capacidade de tomada de decisões das mesmas, invertem a posição sujeito-objeto na relação entre homem e máquina. O homem criou a tecnologia, mas os novos dispositivos tecnológicos contêm em si um princípio de causalidade que, a partir da própria interação entre máquinas, pode engendrar forças e movimentos

independentemente da participação humana. Por exemplo, atualmente estima-se “[...] que cerca de 85% das transações realizadas nas bolsas de valores são hoje realizadas automaticamente por robôs programados para isso” (GOLDBERG; AKIMOTO, 2021, l. 1405). A própria programação pode se tornar um processo autônomo a partir da IA e da computação quântica.

O capitalismo do século XXI, entre outras formas de designação, também denominado de capitalismo digital-financeiro-de-vigilância (já se encaminhando para uma nova transformação de natureza quântica), configura-se por um novo modo de produção e extração de riqueza, de saber e de poder. Apesar de não concordarmos com a tese do tecnofeudalismo de Yanis Varoufakis (2021), ele está correto em afirmar que “[...] pela primeira vez na história, quase todos produzem gratuitamente o estoque de capital das grandes corporações. É isso que significa carregar conteúdo no *Facebook* ou deslocar-se com uma conexão no *Google Maps*.” Completa ele no mesmo artigo: “[...] a extração de valor transferiu-se cada vez mais dos mercados para as plataformas digitais, como o *Facebook* e a *Amazon*, que já não operam como empresas oligopolistas, mas como feudos privados ou propriedades”.

Todo esse processo de transformação do capitalismo não teria sido possível sem o que Mandel (1982) denominou de “A aceleração da inovação tecnológica”, “um corolário da aplicação sistemática da ciência à produção”, sobretudo a partir da década de 1940. Para o referido autor “[...] a organização sistemática da pesquisa e desenvolvimento como um negócio específico, organizado numa base capitalista – em outras palavras, o investimento autônomo (em capital fixo e salário dos trabalhadores) em pesquisa e desenvolvimento –, só se manifestou plenamente sob o capitalismo tardio” (MANDEL, 1982, p. 176). Esse fenômeno foi determinado por um conjunto de fatores atuando em interação na “história da ciência, do trabalho e da sociedade”, que ligaram a “aceleração crescente da atividade científica e técnica de invenção” às condições específicas de valorização do capital, objetivadas nos anos da Segunda Grande Guerra e da economia armamentista que lhe seguiu. Como exemplo e evidência do seu argumento, Mandel (1982, p. 177) apresenta alguns produtos desse período, bem como o crescimento da atividade de pesquisa entre a Primeira e a Segunda Grande Guerra:

[...] A bomba atômica é, naturalmente, o primeiro exemplo a ser lembrado, mas não foi de maneira alguma o único caso significativo desse gênero. O radar, a miniaturização de equipa-

mentos eletrônicos, o desenvolvimento de novos componentes eletrônicos, na verdade mesmo as primeiras aplicações da matemática a problemas de organização econômica – ‘a pesquisa operacional’ – todos tiveram suas origens nos anos de guerra ou na economia armamentista. Analogamente, o chamado modelo sinérgico de planejamento empresarial – no qual o resultado global dos vários programas excede a soma dos resultados parciais previstos em cada programa isolado – é derivado dos programas militares ou paralelo a estes. O caminho para a organização sistemática e intencional da pesquisa científica, com o objetivo de acelerar a inovação tecnológica, também foi desbravado no contexto da guerra ou da economia armamentista. No início da Primeira Guerra Mundial, o número de laboratórios de pesquisa industrial nos Estados Unidos era inferior a 100, mas, por volta de 1920, havia aumentado para 220 e a seguir permaneceu nesse nível: ‘A confiança na pesquisa organizada foi ampliada pelos êxitos no tempo da guerra’. Durante e após a Segunda Grande Guerra Mundial aumentou enormemente o número desses laboratórios controlados por empresas; em 1960 eram 5.400. O número total de cientistas dedicados à pesquisa quadruplicou, passando de 87 mil em 1941 para 387 mil em 1961.

De ramo à parte dentro da divisão do trabalho das grandes companhias, a pesquisa se tornara um negócio independente, e como qualquer outro negócio capitalista, ela tem como principal objetivo o lucro; independentemente se os seus produtos resultarão em desequilíbrios ambientais, ameaças à própria saúde humana ou mesmo uma devastação total (uma possibilidade factível com a existência de armas nucleares, químicas e biológicas de destruição em massa). Em 1972, Mandel já tinha plena consciência de que “as rendas tecnológicas” (ganhos de capital advindos da propriedade da tecnologia) se tornariam a principal fonte de “superlucros”, atraindo um volume cada vez maior de capital para pesquisa e desenvolvimento. No entanto, era impossível para ele, naquele período histórico, prever o alcance e a magnitude das implicações das novas tecnologias, em termos da criação de novos setores e serviços, as denominadas *Big Tech*, como por exemplo, a *Apple*, a *Microsoft*, o *Facebook*, a *Google* e a *Amazon*, bem como as *startups* (empresas de base tecnológica dos mais diversos setores, tais como a *Lawtech* no ramo jurídico, *Heatech*, na saúde, e *Fintech*, no dinheiro).

Chegamos, finalmente, depois de tão longa digressão, à última das revoluções do valor nessa quadra histórica do capitalismo. Revolução que envolve diversos aspectos dessa nova configuração do capitalismo, como, por exemplo, a criação de novos tipos de negócio e de novas mercadorias e serviços, que produzem em sua própria circulação tanto valor quanto mais-valor (as mercadorias digitais, inclusive o rol dos novos instrumentos financeiros). De forma geral, o *modus operandi* desses novos negócios, mercadorias e serviços está relacionado ao simples ato de navegar na *internet* ou acessar as redes sociais, o qual gera tanto um conjunto de dados (valor) quanto serviços geradores de mais-valor. O segundo aspecto dessa revolução está relacionado ao caráter de retroalimentação automática desse tipo de mercadoria. Uma vez criada, utilizando-se de algoritmos e IA, essas mercadorias se reproduzem de forma infinita e alcançam novos domínios de lucratividade. Como terceiro aspecto, destacamos a capacidade de domínio e de controle das novas tecnologias, isto é, do capital digital (já com cara de quântico), sobre os aspectos materiais de todas as esferas econômicas, do Estado (e da democracia), do mundo do trabalho, da própria vida e de seu sentido. O quarto aspecto refere-se à criação de novos instrumentos econômicos, como por exemplo as criptomoedas, que facilitam a circulação de grandes somas de dinheiro pelos subterrâneos do sistema, facilitando também a vida dos paraísos fiscais e tornando vários tipos de crimes e violências atividades altamente lucrativas. Por último, mas não menos importante, a geração de um novo circuito de acumulação de capital que funciona e se move de forma altamente independente da economia real. Em outros termos, possui uma dinâmica própria e funciona como uma sofisticada arapuca de captura de renda da esfera real da economia. Nesse sentido, o processo de acumulação (das *Big Tech*, do setor financeiro e de empresas do tipo *startups*), de forma geral, parece pairar acima das “leis reguladoras da equalização da taxa de lucro”. Inclusive porque incorpora também nesse movimento, como descrito por Yanis Varoufakis (2021), os balanços dos bancos centrais:

Que os balanços dos bancos centrais, e não os lucros, alimentam o sistema econômico explica o que aconteceu em 12 de agosto de 2020. Depois de ouvir as más notícias, os financistas pensaram: “Maravilha! O Banco da Inglaterra, em pânico, imprimirá ainda mais libras e as canalizará até nós. É hora de comprar ações!” Em todo o Ocidente, os bancos centrais imprimem o dinheiro que os financistas emprestam às corporações, que depois o utilizam para recomprar suas ações (cujos preços se dissociaram dos lucros).

VI Conclusão

De acordo com o exposto neste artigo, a teoria da exploração de Marx ganha novos contornos diante dos processos de autodeterminação do valor e autonomização do mais-valor. Na economia contemporânea, diante da microeletrônica, dos algoritmos, enfim, das novas tecnologias de informação e da IA, uma pequena quantidade de trabalho torna-se capaz de gerar um grande valor e, ainda, servir de condutor para geração de outras massas de valor por outros diversos setores econômicos. Mesmo no ramo industrial, no capital tido como produtivo, o valor é produzido por cada vez menos trabalhadores, devido às características tanto do próprio trabalho quanto dos meios de produção e de organização digitalizados e robotizados. Nesse contexto, a relação entre valor e trabalho foi amplamente transformada, tanto pelo grau de independência do valor sobre o trabalho humano, quanto pela abrangência do trabalho não pago extraído do trabalhador assalariado nas mais diversas atividades capitalistas. Conforme constatamos ao longo do artigo, as consequências mais importantes dessas transformações estão relacionadas à autodeterminação do valor, frente à produção de mercadorias (especialmente as mercadorias e serviços digitais), e à autonomização do mais-valor, frente à própria força de trabalho.

A partir das duas últimas décadas do século XX, o avanço da financeirização, que também tem por fundamento as novas tecnologias, completa o quadro das transformações dessa nova etapa do capitalismo. Porquanto, conforme destaca Chesnais (2002, p. 2), “[...] o advento dessa forma de capital fez-se acompanhar da formação de configurações sistêmicas novas e de encadeamentos macroeconômicos e macrossociais inéditos [...]”. Outrossim, a abrangência global alcançada pelo capital financeiro trouxe muita instabilidade ao capitalismo. Na década de 1990, o setor financeiro superou o setor manufatureiro, no sentido de que se generalizou uma maior percepção a respeito do peso e da influência dos ativos financeiros nas economias modernas. A composição da riqueza social, tanto de famílias quanto de empresas, sofreu importante mutação com a velocidade do crescimento dos haveres monetários, possibilitada pelas novas tecnologias digitais. Processo que resultou em uma tendência à financeirização e ao rentismo em termos globais, estabelecendo, assim, a autonomização do juro perante o lucro e elevando a relação social capital à sua forma mais alienante. Pois, conforme nos explica o próprio Marx, o capital fictício, representado por títulos, ações, bônus e outros instrumentos financeiros, muito embora possa criar uma aparência de prosperidade e enriquecimento

econômico, “[...] em vez de superar o antagonismo entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada, limita-se a desenvolvê-la sob uma nova forma” (MARX, 2017b, p. 498).

Por fim, os desdobramentos da última revolução tecnológica na configuração do capital e do capitalismo das duas primeiras décadas do século XXI atuaram de duas maneiras: 1) fornecendo um grau mínimo de estabilidade ao novo padrão de riqueza (altamente instável, pois predominantemente fictícia), através das *BigTechs*, demais empresas de base tecnológica e do próprio Estado; e 2) garantindo continuidade ao processo de “reprodução ampliada da riqueza como capital”. Mesmo que tal continuidade represente uma ameaça real à democracia e ao ser social, bem como a própria destruição da vida humana e não humana no planeta (como já foi sinalizado em diversas evidências empíricas por diferentes setores de estudo).

Referências

CARCANHOLO, R. *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v. 1.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 1–44, jan-jun. 2002.

GOLDBERG, L.; AKIMOTO, C. *O sujeito na era digital: ensaios sobre psicanálise, pandemia e história*. São Paulo: Edições 70, 2021. (formato kindle).

HOBBSBAMM, E. J. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural (coleção os economistas), 1982.

MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. v. 1.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital, livro I*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política – o processo global da produção capitalista, livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017b.

VAROUFAKIS, Y. *O tecnofeudalismo está assumindo o controle*. A terra é redonda, 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/otecnofeudalismo-esta-assumindo-o-controle/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.